

Título

**Meirelles x Hall**

Autor

**André Sathler Guimarães**

Local de publicação

**Não publicado. Escrito em 2004**

## Meirelles x H.A.L.

Em entrevista à revista Primeira Leitura (junho de 2003), Milton Friedman, qualificado pela própria revista como o “vovô do ultraliberalismo”, afirmou: “por mim, nem existiria esse monstro chamado banco central. Há anos sou favorável a que se substitua o banco central, em qualquer nação, por um computador”. Acidez a parte, o comentário suscita alguma reflexão, sobretudo no momento em que a atuação do Banco Central do Brasil – BACEN vem sendo tão questionada.

O tema é velho. Já em 1948, o frade dominicano Père Dubarle publicava no *Le Monde* uma crítica à possibilidade de uma *machine à gouverner*, argumentando que tal máquina levaria à esterilização e manipulação mecânica das relações humanas. Segundo o frade, em breve seria enfrentado o dilema entre uma certa tolerância para com as falibilidades e turbulências dos negócios humanos e o surgimento de um novo e prodigioso Leviatã, que superaria em muito o previsto por Hobbes. Norbert Wiener, o pai da cibernética, apreciando o assunto, reconheceu o perigo de que políticos utilizassem as máquinas para empregar técnicas tão indiferentes à possibilidade humana quanto adaptadas às exigências de uma elite devotada ao estabelecimento da orientação política.

Na continuação de sua argumentação, Friedman alega: “ele [o computador] imprimiria um número específico de cédulas de dinheiro. O mesmo montante, ano a ano, mantendo a quantidade monetária crescendo lenta e sempre constantemente”. Trata-se, no caso, de levar às últimas conseqüências a visão de uma ciência econômica positivista e exata, na qual todos os agentes são racionais. Mas portadores de uma racionalidade instrumental, da qual a máquina, talvez, seja o supra-sumo, ao buscar atingir o fim para o qual foi previamente programada, sem se importar com os meios ou com qualquer outra coisa. Não assusta, portanto, constatar essa ligação afetiva entre o vovô do ultraliberalismo e o computador, pois, a racionalidade econômico-instrumental encontra sua expressão máxima na submissão de todas as formas de vida à soberania da técnica e da tecnologia, um mundo de zeros e uns, sem espaço para essas idiosincrasias que fazem de cada um de nós seres humanos.

Delegar o poder de decisões ao computador é um caso pitoresco de antropomorfismo, pois significa que os humanos estão desobrigados da responsabilidade pelas decisões do computador. Neil Postman, crítico e teórico da comunicação norte-americano, alerta que “quando isso acontece, renunciamos ao controle, o que no caso do computador significa que, sem remorso excessivo, podemos perseguir objetivos imprudentes ou mesmo desumandos, porque o computador pode realizá-los ou pode-se imaginá-lo realizando-os”. Alguma semelhança com as respostas dos membros da equipe econômica sobre a política dos juros, que parece sempre remeter à responsabilidade a um “outrem” não identificado e um objetivo imutável e onipotente? Talvez pior do que substituir o Presidente do BACEN, Henrique Meirelles, por H.A.L. (o déspota-informata de 2001, uma Odisséia no Espaço) seja ter um Henrique Meirelles agindo como H.A.L.

A ficção científica nos têm procurado assustar com a possibilidade de que a máquina ganhe vida inteligente e venha a buscar o domínio da humanidade. Blade Runner, Exterminador do Futuro, 2001 – Uma Odisséia no Espaço e Matrix, são exemplos de películas que colonizam o imaginário mundial com a tecnofobia, ou seja, o medo das máquinas. Porém, em que se pese os avanços da Inteligência Artificial, as máquinas ainda estão a anos-luz de se tornarem ameaças à humanidade tais como nesses

filmes, e há mesmo quem ache que nunca chegarão a ser. Nas palavras do físico Stephen Hawking , “atualmente, nossos computadores continuam sendo superados em potência computacional pelo ‘cérebro’ de uma simples minhoca”.

A verdadeira ameaça está no uso que o ser humano fará das máquinas. Aí sim, manipulações genéticas e mecânicas poderão ser usadas para criar uma elite de superdotados e biônicos, criando o abismo definitivo entre as classes. Outra possibilidade é a levantada por Friedman, a crescente delegação de decisões importantes aos computadores.

O Conselho da União Européia manifestou oficialmente sua preocupação com o assunto, por meio de uma diretiva suplementar (97/66/EC), relacionada ao “Processamento de Dados Pessoais e a Proteção da Privacidade no Setor de Telecomunicações”. Essa legislação dá direito às pessoas de solicitarem e receberem uma explicação sobre a lógica inerente ao processamento automático que produz decisões automatizadas que afetem as pessoas, como, por exemplo, a utilização de aplicativos de data mining e algoritmos estatísticos para rejeitar ou aprovar um pedido e empréstimo pessoal.

É tempo do Brasil começar a refletir sobre essas coisas, uma vez que nosso BACEN, infelizmente, embora ainda não tenha sido substituído por um computador, vêm atuando como um.